
A erosão da experiência e a impossibilidade do lugar: um diálogo entre Maria Rita Kehl e Yi-Fu Tuan

FREITAS, Daniel Alves de¹
PEREIRA, Martha Priscila Bezerra²

Recebido (Received): 22/01/2026 Aceito (Accepted): 11/05/2026

Como citar este artigo: FREITAS, D. A.; PEREIRA, M.P.B.P. A erosão da experiência e a impossibilidade do lugar: um diálogo entre Maria Rita Kehl e Yi-Fu Tuan. **Geoconexões online**. v.6. n.1, Edição Especial, p. 03-18, 2026 (Dossiê: As Cidades sob diferentes perspectivas).

RESUMO: a contemporaneidade é marcada por uma sensação paradoxal de excesso de acontecimentos e profundo esvaziamento de sentido. Este ensaio teórico propõe um diálogo entre a crítica psicanalítica de Maria Rita Kehl ao conceito de “experiência” e a geografia humanista de Yi-Fu Tuan sobre a formação do “lugar”. O objetivo é demonstrar que a constituição de um “lugar geopsíquico” — espaço dotado de valor e significado — depende de uma temporalidade que permita a elaboração simbólica da vivência, transformando o acontecimento em experiência. Argumenta-se que a aceleração do tempo, ao impor um ritmo que privilegia o estímulo e a sucessão em detrimento da reflexão e da sedimentação, atrofia essa capacidade de elaboração. Segundo Kehl, o sujeito contemporâneo acumula vivências, mas raramente as converte em experiência. Conclui-se que, sem a temporalidade da experiência, o espaço não pode ser transformado em lugar, resultando em um sujeito que habita um mundo de cenários, mas que se sente cronicamente desenraizado e “sem-lugar”. Propõe-se, ao final, uma pedagogia da transformação que reconquiste temporalidades de cuidado e ancoragem espacial como estratégia de saúde mental coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Experiência, Lugar, Deslugarização

The erosion of experience and the Impossibility of place: a dialogue between Maria Rita Kehl And Yi-Fu Tuan

ABSTRACT: contemporary life is marked by a paradoxical sensation of excess of events and profound emptiness of meaning. This theoretical essay proposes a dialogue between Maria Rita Kehl's psychoanalytic critique of the concept of “experience” and Yi-Fu Tuan's humanistic geography regarding the formation of “place”. The objective is to demonstrate that the constitution of a “geopsychic place” — space endowed with value and meaning — depends on a temporality that allows for the symbolic elaboration of lived events, transforming occurrences into experience. It is argued that the acceleration of time, by imposing a rhythm that privileges stimulus and succession at the expense of reflection and sedimentation, atrophies this capacity for elaboration. According to Kehl, the contemporary subject accumulates lived events but rarely converts them into experience. The conclusion is that, without the temporality of experience, space cannot be transformed into place, resulting in a subject who inhabits a world of scenarios but feels chronically uprooted and “placeless”. Finally, a pedagogy of transformation is proposed to reclaim temporalities of care and spatial anchoring as a collective mental health strategy.

KEYWORDS: Experience, Place, Placelessness

¹ Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: danielalves.alves96@gmail.com. OrcID: <https://orcid.org/0009-0005-4550-1647>

² Bacharel em Geografia pela UFPB e doutora em Geografia pela UNESP/PP. Docente da UAG/UFCCG. E-mail: mpbcila@yahoo.com.br. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-2133-710X>

Introdução

A condição humana no século XXI parece definida por um paradoxo desconcertante: vivemos em um mundo de velocidade estonteante, imersos em um fluxo contínuo de informações, imagens, viagens e interações digitais. Nunca a humanidade teve acesso a tantos acontecimentos simultâneos. Contudo, essa abundância de vivências caminha lado a lado com uma queixa persistente de vazio, de superficialidade, como se a vida, em sua velocidade, nos atravessasse sem nos marcar. Essa sensação foi capturada de forma premonitória por Benjamin (1994) ao diagnosticar a "pobreza de experiência" do homem moderno, uma condição em que os eventos se sucedem sem se converterem em sabedoria transmissível ou em narrativa pessoal.

Este artigo parte desse paradoxo para investigar suas consequências espaciais. Argumentamos que essa crise da experiência, aprofundada na era digital e na aceleração capitalista, tem um correlato direto na crise do habitar. Se a experiência está em declínio, a nossa capacidade de "construir lugares" — no sentido profundo do termo — também está comprometida. Mais do que uma mera analogia, propomos uma relação de causalidade: a impossibilidade de "fazer experiência", nos termos de Maria Rita Kehl, leva diretamente à impossibilidade de "fazer lugar", nos termos de Yi-Fu Tuan.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho insere-se no campo da geografia da saúde mental, compreendendo que as questões subjetivas não são meramente individuais, mas produzidas em determinados arranjos espaciais e temporais. A "deslugarização"

— Condição de habitar sem pertencer, de transitar sem ancorar — emerge como um determinante social e espacial fundamental para a compreensão do adoecimento psíquico contemporâneo. A ansiedade generalizada, a depressão, o *burnout* e a sensação difusa de irrelevância que caracterizam nossa época não podem ser compreendidas apenas sob a ótica biomédica, mas demandam uma análise que articule subjetividade, tempo e espaço.

A escolha do diálogo entre Kehl e Tuan não é arbitrária. Ambos os autores, em campos distintos — a psicanálise e a geografia —, desenvolveram análises que convergem

para uma mesma constatação: a vida humana plena depende de uma temporalidade específica, uma temporalidade da pausa, da sedimentação e do vínculo. Kehl, a partir de sua prática clínica e de sua reflexão sobre as “depressões atuais”, identifica a aceleração como inimiga da elaboração psíquica. Tuan, por sua vez, demonstra que o lugar — entendido como centro de significado e refúgio existencial — só pode ser construído através de uma experiência acumulada, lenta, marcada pela repetição e pela memória. Juntos, oferecem um quadro teórico potente para diagnosticar nossa condição contemporânea e imaginar saídas.

Este artigo está estruturado em sete seções, além desta introdução. Na primeira, apresenta-se a metodologia ensaística adotada e suas justificativas epistemológicas. Em seguida, discute-se o tempo da aceleração e a pobreza da experiência a partir de Kehl, Rosa, Han e Bauman. A terceira seção apresenta a distinção entre espaço e lugar em Tuan e a fenomenologia do espaço vivido. A quarta seção articula as duas perspectivas, demonstrando a relação de causalidade estrutural entre crise da experiência e “deslugarização”. A quinta seção examina a pandemia de covid-19 como aceleradora desses processos. A sexta seção discute as implicações para a saúde mental coletiva. A sétima propõe uma pedagogia da transformação. Por fim, as considerações finais apontam direcionamentos para pesquisas empíricas futuras no contexto brasileiro.

Para desenvolver este artigo, propõe-se uma articulação teórica entre a psicanálise, na voz de Maria Rita Kehl, e a geografia humanista, a partir da obra seminal de Yi-Fu Tuan. A metodologia consiste em um ensaio teórico que explora a distinção crucial de Kehl (2009) entre vivência (o acontecimento bruto) e experiência (o acontecimento elaborado e simbolizado), e a contrapõe à definição de Tuan (2012) de que o “lugar” é um centro de significado construído lentamente através da experiência acumulada, da memória e do afeto.

O ensaio como forma de escrita acadêmica permite uma mobilidade conceitual necessária para este tipo de articulação interdisciplinar. Diferentemente do artigo científico convencional, que privilegia a demonstração empírica através de dados quantitativos ou etnográficos rigorosos, o ensaio possibilita o exercício da especulação fundamentada, do diálogo entre autores aparentemente distantes, e da construção de argumentos que só se revelam plenamente no percurso da escrita. Segundo Adorno (2018), o ensaio é uma forma específica de conhecimento que não se subordina ao esquema lógico-dedutivo, mas que se deixa conduzir pelo objeto, permitindo que as ideias se desenvolvam organicamente.

O ensaio reflete uma criança amada que sem chorar e sem com ar de importância faz aquilo que os outros já fazem. [...] O ensaio quer fazer com que se pense sobre as coisas tal como, desde o primeiro momento, ele pensa sobre elas (Adorno, 2018).

Optamos, portanto, por uma escrita que acompanha o movimento do pensamento, construindo pontes entre a clínica psicanalítica e a reflexão geográfica. A escolha dos autores baseou-se em sua relevância para a compreensão das transformações contemporâneas. Maria Rita Kehl, psicanalista brasileira, desenvolveu uma obra consistente sobre as transformações da subjetividade na modernidade tardia, especialmente em seu livro "O tempo e o cão". Sua análise da "pobreza de experiência" como marca do contemporâneo oferece ferramentas precisas para compreender o sofrimento psíquico de nossa época.

Yi-Fu Tuan, geógrafo sino-americano, é considerado um dos fundadores da geografia humanista, com obras fundamentais como *Topofilia* (1980) e *Espaço e lugar* (2012). Sua fenomenologia do espaço vivido permite pensar as dimensões existenciais da habitação. Tuan rompe com a geografia quantitativa hegemônica em meados do século XX e propõe uma reabilitação da subjetividade como categoria geográfica fundamental, abrindo caminho para diálogos profícuos com a psicanálise, a fenomenologia e a antropologia.

Além desses autores centrais, recorreremos a outros interlocutores que ajudam a contextualizar e aprofundar a análise: Walter Benjamin, para a compreensão histórica da crise da experiência; Zygmunt Bauman, para a caracterização da "modernidade líquida"; Marc Augé, para a análise dos "não-lugares" da supermodernidade; Hartmut Rosa, para a teorização da aceleração social como estrutura de nossa formação econômica e cultural; e Byung-Chul Han, para a compreensão da sociedade do desempenho e a psicopolítica do neoliberalismo. A articulação entre esses autores não é arbitrária: todos compartilham um diagnóstico crítico da modernidade tardia e da forma como ela afeta a constituição subjetiva e espacial do sujeito contemporâneo.

O TEMPO DA ACELERAÇÃO E A POBREZA DA EXPERIÊNCIA

A contemporaneidade é marcada por uma transformação radical na experiência do tempo. Segundo Hartmut Rosa (2015), vivemos uma "aceleração social" estrutural, que se manifesta em três dimensões interligadas: a aceleração técnica (velocidade de transporte,

comunicação e produção), a aceleração da mudança social (taxa de obsolescência de instituições, práticas e valores) e a aceleração do ritmo de vida (sensação de escassez de tempo e necessidade de aceleração subjetiva). Essa tripla aceleração gera uma condição paradoxal: tentamos fazer cada vez mais em menos tempo, mas em vez de nos sentirmos mais realizados, experimentamos uma sensação de vazio e superficialidade crescentes.

Kehl (2009), em sua obra “O tempo e o cão: a atualidade das depressões”, desenvolve uma análise clínica precisa dessa condição. Ela parte da distinção fundamental entre vivência e experiência. Para Kehl (2009), a vivência é o impacto do instante, o choque do acontecimento, a sensação pura e imediata. É aquilo que nos atinge sem mediação, o estímulo bruto que exige uma resposta imediata do aparelho psíquico. A sociedade contemporânea é uma máquina de gerar vivências, mantendo-nos em um estado de “excitação permanente e ansiosa”. As redes sociais, o streaming de conteúdo, a cultura do entretenimento, a aceleração do trabalho — tudo conspira para nos manter em um fluxo ininterrupto de estímulos, impedindo qualquer pausa ou reflexão.

No entanto, para que a vivência se transforme em experiência, é necessário um trabalho psíquico de elaboração que lhe confira sentido e a inscreva na memória. A experiência, diferentemente da vivência, é simbolizada, narrativizada, integrada ao conjunto de nossa história pessoal. É a vivência trabalhada pelo tempo, pela reflexão, pelo luto e pela elaboração. Enquanto a vivência é pura atualidade, a experiência é temporalidade dilatada; enquanto a vivência é impacto, a experiência é sentido. Como bem observa Kehl (2009), a experiência é a vivência que passou pelo crivo da linguagem, que foi nomeada, simbolizada e inscrita na memória.

Kehl (2009) demonstra que a aceleração do tempo social ataca precisamente esse “tempo de elaboração”. A lógica da produtividade não tolera pausas ou reflexão. O sujeito contemporâneo é convocado a estar sempre online, sempre disponível, sempre produtivo. O resultado é uma acumulação de vivências sem elaboração, uma espécie de bulimia existencial onde devoramos acontecimentos sem nunca os digerir. O sujeito acumula eventos, mas não constrói biografia; coleciona momentos, mas não constrói memória.

Como bem observou Simmel (2006), em sua análise clássica da vida metropolitana, o sujeito moderno desenvolve uma “cápsula” defensiva para proteger-se da overdose de estímulos urbanos, mas essa mesma cápsula impede a profundidade da experiência. O transeunte da metrópole contemporânea, imerso em seu smartphone, atravessando espaços públicos sem jamais estabelecer contato visual com seus pares, é a figura emblemática dessa condição. Ele está fisicamente presente, mas psiquicamente ausente; está sendo

constantemente estimulado, mas raramente tocado.

Essa condição é o que Bauman (2001) descreveu como “modernidade líquida”, onde os vínculos se tornam frágeis e temporários. Se na modernidade sólida os vínculos eram estáveis e duradouros — o emprego vitalício, o casamento indissolúvel, a residência permanente — na modernidade líquida tudo é provisório, flexível, descartável. Essa liquidez afeta não apenas nossas relações sociais, mas nossa própria constituição psíquica. O resultado é um sujeito que se sente interiormente empobrecido, com uma memória volátil e uma identidade fragmentada.

Kehl (2009) fala em “depressões atuais” para caracterizar um tipo de sofrimento que não se expressa apenas através do sintoma clássico da melancolia, mas através de uma sensação difusa de vazio, de irrelevância, de falta de sentido. É a pobreza de experiência que gera uma pobreza existencial, uma dificuldade de se sentir vivo de verdade. A queixa comum nos consultórios contemporâneos é a de que a vida passa sem deixar rastros, que os anos se sucedem sem acumulação de sentido, que o futuro se apresenta como mera repetição do presente vazio.

Han (2015), em sua análise da “sociedade do desempenho”, acrescenta uma dimensão importante a essa discussão. Para o filósofo coreano, o sujeito contemporâneo não é mais o *homo economicus*, guiado pelo cálculo egoísta, mas o “trabalhador empreendedor”, que se explora a si mesmo até a exaustão na busca pelo desempenho máximo. Essa autoexploração voluntária é mais eficiente do que qualquer coerção externa, pois se apresenta como liberdade. O resultado é uma epidemia de *burnout*, depressão e transtornos de ansiedade que caracteriza nossas sociedades desenvolvidas.

A ARQUITETURA AFETIVA DO MUNDO VIVIDO

A geografia humanista surge como uma reação à visão puramente quantitativa e abstrata do espaço, buscando compreender a dimensão subjetiva e vivida da relação entre o ser humano e seu meio. Contra a tendência de tratar o espaço como mera extensão mensurável, a geografia humanista propõe uma fenomenologia do espaço, atenta às formas como os seres humanos experimentam, significam e se apropriam dos ambientes que habitam. Essa abordagem, desenvolvida principalmente nas décadas de 1970 e 1980, representa uma virada humanizante na disciplina geográfica, que durante muito tempo privilegiou as análises quantitativas e estruturais.

A distinção entre “espaço” e “lugar” serve de alicerce para esta discussão. O espaço,

para Tuan (2012), é o domínio da liberdade, do movimento e da possibilidade; é vasto, aberto e desconhecido. É o espaço do viajante, do explorador, do aventureiro — mas também o espaço do desorientado, do perdido, do anônimo. O lugar, por sua vez, é o resultado do processo de domesticação desse espaço, um centro de significado e refúgio.

Conforme o autor, o lugar é a pausa enquanto o espaço é o movimento. Essa pausa não é apenas física, mas existencial, onde a vida ganha contornos e as memórias se fixam.

“Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra (Tuan, 2012).

Tuan (2012) define lugar como um centro de significado com valor existencial. Essa definição implica que o lugar não é apenas uma coordenada geográfica, mas um ponto de ancoragem existencial, onde o sujeito pode estabelecer raízes, mesmo que temporárias. O lugar é onde o abstrato se torna concreto, onde o estranho se torna familiar, onde o anônimo se torna pessoal. É no lugar que o espaço se humaniza, adquirindo camadas de significado que vão além de sua função utilitária.

A transmutação do espaço em lugar é um processo orgânico e lento, cuja matéria-prima é a experiência. Tuan enfatiza que é a familiaridade — o conhecimento repetido e íntimo — que confere a uma porção do espaço o status de lugar. Essa familiaridade se constrói através da rotina, do hábito, da memória pessoal e coletiva e do vínculo afetivo (topofilia). Fica claro, portanto, que a temporalidade é um elemento intrínseco à formação do lugar. A constituição de um “lugar geopsíquico” demanda um tempo de decantação para que as experiências se acumulem, as memórias se fixem e os afetos se sedimentem.

Para Tuan, o lugar é sempre um centro de significado. Isso significa que o lugar não é simplesmente um ponto no espaço, mas um ponto de onde o mundo ganha sentido. É a partir do lugar que organizamos nossa experiência espacial, estabelecemos hierarquias de valor e construímos nossa identidade. O lar, o bairro, a cidade natal — esses lugares funcionam como âncoras existenciais, pontos de referência estáveis em um mundo em constante mudança. Sem esses centros de significado, o sujeito experimenta uma espécie de vertigem espacial, uma desorientação existencial que se manifesta como ansiedade e insegurança. A noção de “topofilia” — amor ao lugar — é central nessa compreensão. A topofilia não é uma emoção passageira, mas um vínculo construído ao longo do tempo, através de experiências repetidas e significativas. É o que nos faz sentir saudade de um lugar, o que nos faz voltar a ele em nossa memória, o que nos faz escolher permanecer ou retornar. Sem essa dimensão afetiva, o espaço permanece abstrato, funcional, sem ressonância

existencial. A topofilia é, portanto, uma forma de resistência contra a indiferença espacial, uma maneira de estabelecer raízes em um mundo em constante movimento.

É importante notar que, para Tuan, o lugar não é necessariamente fixo ou permanente. Um lugar pode ser móvel — como a casa de um nômade — desde que funcione como centro de significado. O que caracteriza o lugar, portanto, não é a imobilidade física, mas a estabilidade simbólica. O lugar é onde nos sentimos em casa, onde o mundo é familiar e previsível, onde podemos baixar nossa guarda e ser nós mesmos. Essa condição de estar em casa no mundo é, para a fenomenologia geográfica, condição fundamental para a saúde psíquica.

Relph (1976), outro importante geógrafo humanista, desenvolveu o conceito de “pertença ao lugar” (*sense of place*), que se refere à experiência existencial de ser em um lugar. Essa pertença envolve uma relação complexa entre o sujeito e o ambiente, marcada pela identificação, pela preocupação e pela raiz. Quando essa pertença é rompida por migração forçada, destruição do ambiente ou despersonalização do espaço, o sujeito experimenta um sofrimento específico que Relph chamou de “des-lugarização” (*placelessness*).

A des-lugarização, em Relph, não é apenas a ausência de vínculo com um lugar específico, mas a produção sistemática de paisagens homogêneas, intercambiáveis, que recusam a singularidade e a memória. Shopping centers, redes de fast-food, condomínios fechados, aeroportos: todos esses espaços contemporâneos partilham uma estética da indiferença, uma recusa da particularidade local em nome de uma padronização global. O sujeito que circula por esses ambientes é privado das marcas que lhe permitiriam construir uma narrativa espacial própria.

DESLUGARIZAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA DA CRISE DA EXPERIÊNCIA

A “pobreza de experiência” diagnosticada pela psicanálise é a causa direta da “crise do lugar” que podemos inferir da geografia humanista. As condições para a elaboração da experiência são as mesmas para a construção do lugar: a necessidade da pausa, o papel da memória e a construção de vínculos duradouros. O “sujeito pobre de experiência” é, por definição, um sujeito “deslugarizado”. Ele pode ter uma morada, mas não um lar; habita o espaço, mas não pertence a nenhum lugar.

Essa relação de causalidade pode ser demonstrada através de três elementos comuns às duas análises. Primeiro, a temporalidade. Tanto para Kehl (2009) quanto para

Tuan (2012), a construção do sentido — seja psíquico ou espacial

— Depende de uma temporalidade específica, que podemos chamar de “tempo da sedimentação”. É o tempo que permite que as camadas de significado se depositem, que as memórias se fixem, que os afetos se consolidem. A aceleração impede essa sedimentação, gerando uma espécie de “amnésia presente” onde tudo acontece e nada fica.

Segundo a repetição. Para Tuan (2012), o lugar se constrói através da repetição de práticas, da rotina, do hábito. Para Kehl (2009), a experiência exige a repetição mental, a volta do acontecimento em pensamentos, sonhos e associações. A cultura da novidade absoluta, da atualização constante, da obsolescência programada, impede tanto a repetição espacial quanto a psíquica, gerando uma condição de permanente estranheza. O sujeito contemporâneo é condenado à novidade permanente, privado do conforto da repetição que constitui a identidade.

Terceiro, o vínculo. O lugar é, para Tuan (2012), um vínculo afetivo; a experiência é, para Kehl (2009), um vínculo simbólico com nossa própria história. A lógica da descartabilidade, da mobilidade forçada, do *upgrade* permanente, dissolve esses vínculos, transformando tanto os lugares quanto as experiências em mercadorias de uso rápido e descarte imediato. Vivemos na era do *matching* instantâneo de pessoas, de lugares, de experiências — onde tudo é substituível e nada é irrenunciável.

A expressão máxima dessa condição é o “não-lugar”, conceituado por Marc Augé (2012) como o oposto do lugar antropológico — identitário, relacional e histórico. São os espaços de trânsito da supermodernidade, como aeroportos, centros comerciais, redes de fast-food e vias expressas, onde reina a solidão e o anonimato. O não-lugar é o cenário perfeito para o sujeito sem experiência, pois não exige memória, vínculo ou identidade.

Augé descreve o não-lugar como espaço de solidão duplicada: a solidão do viajante anônimo que se cruza com outros viajantes anônimos, sem que haja qualquer reconhecimento mútuo. Esses espaços são desenhados para o fluxo, não para a permanência; para a funcionalidade, não para o sentido. O contrato que estabelecemos com eles é provisório, utilitário, sem envolvimento afetivo. O não-lugar é, paradoxalmente, um espaço de multidão sem encontro, de presença sem co-presença.

A tragédia contemporânea é que essa lógica contamina espaços que antes eram lugares, como bairros e centros históricos, transformando-os em cenários de consumo onde a memória coletiva é apagada em nome da “valorização”. A gentrificação, o comércio de redes globais, a especulação imobiliária transformam bairros tradicionais em cenários homogêneos, onde os moradores originais são expulsos e onde a memória coletiva é substituída por marcas

corporativas. O resultado é uma espacialidade uniforme, onde todo lugar tende a se parecer com todo outro lugar, gerando aquilo que Auge chamou de “supermodernidade” — uma condição de excesso de espaço e ausência de lugar.

Harvey (2010), em sua análise do neoliberalismo como projeto de poder, mostra como a aceleração espacial-temporal é fundamental para a acumulação capitalista contemporânea. A “compressão espaço-tempo”, possibilitada pelas tecnologias de comunicação e transporte, permite que o capital se movimente rapidamente entre lugares, destruindo vínculos locais e transformando o espaço em mera mercadoria. Essa lógica produz o que Harvey chama de “destruição criativa” do espaço urbano, onde bairros inteiros são demolidos e reconstruídos em ciclos cada vez mais curtos, impedindo a formação de lugares estáveis.

A PANDEMIA COMO ACELERADORA DA DESLUGARIZAÇÃO

A pandemia de covid-19, que marcou profundamente o biênio 2020-2021, funcionou como uma aceleradora radical dos processos de “deslugarização” que já vinham se desenvolvendo. De um lado, o confinamento domiciliar forçado promoveu uma intimidade compulsória com o espaço doméstico, potencialmente favorecendo a construção de lugar através da permanência prolongada. De outro lado, porém, a digitalização acelerada das relações sociais, o trabalho remoto compulsório e o medo do espaço público aprofundaram a crise da experiência e do lugar.

O *home office* generalizado, apresentado como solução para a crise sanitária, transformou o lar — tradicionalmente o lugar por excelência, o centro de significado e refúgio — em um espaço de produção alienada. O domicílio perdeu sua função de pausa e refúgio, tornando-se simultaneamente escritório, escola, academia e centro de entretenimento. Essa colonização do espaço doméstico pela lógica da produtividade acelerada representou uma perda qualitativa do lugar, mesmo quando fisicamente permanecemos nele.

Além disso, a medicalização do espaço público, a necessidade de distanciamento social e o medo do contágio transformaram espaços de convivência — praças, parques, cafés — em territórios de suspeita e ameaça. A geografia do medo (Morris, 2018), sobrepôs-se à geografia do encontro, aprofundando a solidão estrutural do sujeito contemporâneo. A experiência do espaço público, já fragilizada pela lógica dos não-lugares, tornou-se ainda mais abstrata e funcional.

Por outro lado, a pandemia também revelou a importância crucial do lugar para a saúde mental. Estudos realizados durante o período demonstraram que indivíduos com acesso a espaços verdes, praças e ambientes naturais apresentaram índices significativamente menores de ansiedade e depressão durante o confinamento (Soga et al., 2017). Isso reforça a tese de que o lugar não é um luxo estético, mas uma necessidade existencial.

A experiência pandêmica, ao expor de modo dramático nossa dependência do espaço vivido, ofereceu também uma oportunidade reflexiva: percebemos, no isolamento, o quanto os pequenos rituais espaciais — o caminho até o trabalho, a conversa no balcão da padaria, o encontro casual na praça — constituíam, sem que o soubéssemos, a textura mais íntima de nossa vida cotidiana. A perda temporária desses rituais nos ensinou, retroativamente, sobre o que de fato é um lugar.

O LUGAR COMO DETERMINANTE DO BEM-ESTAR PSÍQUICO

A condição de “deslugarização” tem consequências concretas para a saúde mental. A perda da âncora espacial gera insegurança ontológica, manifestando-se como ansiedade crônica, nostalgia difusa e fadiga da performance. O lugar oferece segurança; um sujeito que vive em exílio permanente em não-lugares está em um estado de alerta constante. A “deslugarização” deve ser entendida como um determinante social e espacial da saúde, um fator de risco que predispõe a transtornos mentais, isolamento e alienação.

A ansiedade, nessa perspectiva, não é apenas um sintoma individual, mas uma resposta adaptativa a uma condição espacial insustentável. Quando não temos um lugar onde nos sentimos seguros, nosso sistema nervoso permanece em estado de vigilância, consumindo recursos psíquicos e gerando o desgaste que conhecemos como estresse crônico. Estudos em geografia da saúde têm demonstrado consistentemente que comunidades com forte identidade local, com espaços de convivência e memória preservada, apresentam melhores indicadores de saúde mental do que áreas com alta rotatividade populacional e destruição de vínculos comunitários.

É importante notar que a “deslugarização” não afeta todos da mesma forma. Classes sociais mais privilegiadas podem compensar a perda de lugar através de mobilidade — viajar, mudar de casa, consumir experiências. Mas essa solução é ilusória, pois reproduz a mesma lógica da aceleração e da descartabilidade. Classes menos privilegiadas, por sua vez, podem

sofrer uma “deslugarização” forçada

— remoções, despejos, gentrificação — sem terem recursos para compensar essa perda. A “deslugarização” é, portanto, um fenômeno socialmente diferenciado, que se articula com outras desigualdades.

Santos (2004), em sua teoria da “globalização perversa”, mostra como a nova ordem mundial produz territórios de exclusão onde a população pobre é confinada em espaços sem infraestrutura, sem memória e sem futuro. Esses territórios — favelas, periferias, cortiços — são simultaneamente superlotados e desprovidos de lugar, pois não permitem a construção de uma identidade estável. A cidade dual que Santos descreve é também uma geografia da “deslugarização” seletiva, que afeta principalmente as populações vulneráveis.

A reflexão de Milton Santos é particularmente relevante para o contexto brasileiro, onde a produção desigual do espaço urbano materializa, na paisagem, as fraturas históricas da colonialidade, da escravidão e da concentração fundiária. Pensar a saúde mental coletiva no Brasil exige, portanto, articular as categorias de Kehl e Tuan com as análises críticas da produção territorial latino-americana, atentando para as singularidades de uma “deslugarização” que se sobrepõe a processos seculares de exclusão.

POR UMA PEDAGOGIA DA TRANSFORMAÇÃO

Diante desse diagnóstico, que caminhos se abrem? Como reconquistar a capacidade de fazer experiência e, portanto, de fazer lugar? Propomos, a partir da articulação entre Kehl e Tuan, uma pedagogia da transformação que reconquiste temporalidades e espaços de cuidado. Essa pedagogia não se limita à educação formal, mas compreende toda forma de aprendizado social que possa favorecer a reconstrução de vínculos duradouros com o tempo e com o espaço.

Essa pedagogia passa, primeiro, por uma reconquista consciente de outras temporalidades. Movimentos como o *slow living*, o *slow food*, o *slow city* propõem deliberadamente uma desaceleração, uma recusa da lógica da urgência. Não se trata de romantismo nostálgico, mas de uma estratégia de sobrevivência psíquica: criar ilhas de lentidão onde a experiência possa ser elaborada. Como sugere Rosa (2015), precisamos de “ressonâncias” — relações de profundidade com o mundo, que exigem tempo e permanência.

Kehl (2009) sugere práticas de esvaziamento — momentos de ócio, de tédio, de não-fazer — como essenciais para a saúde mental. O tédio, longe de ser um mal a ser combatido,

é o espaço onde o pensamento pode vagar, onde as associações podem se formar, onde a criatividade pode emergir. A cultura contemporânea, ao eliminar todo tédio através do entretenimento constante, priva-nos desse espaço de elaboração. Recuperar o tédio é, portanto, um ato político de resistência contra a colonização do tempo pelo capital.

Tuan (2012), por sua vez, aponta para a importância da pausa na construção do lugar. A pausa não é apenas ausência de movimento, mas presença de atenção. É quando paramos de transitar para começar a habitar, quando deixamos de ser turistas para começarmos a ser moradores. Práticas de atenção plena ao espaço — caminhar sem destino, observar os detalhes, repetir trajetos — são formas de construir lugar em meio à aceleração. A caminhada *flâneur*, como praticada por Walter Benjamin pelas ruas de Paris, é um exemplo dessa atenção recuperadora.

A revitalização de espaços de convivência é outra estratégia fundamental. Praças, parques, centros culturais, espaços de encontro intergeracional — esses lugares funcionam como âncoras em meio à liquidez. Sua preservação e criação devem ser entendidas como políticas de saúde pública, não apenas como embelezamento urbano. O direito à cidade, nessa perspectiva, é também um direito à saúde mental. A luta por lugares de encontro, de permanência e de cuidado é uma luta contra a “deslugarização” capitalista.

No Brasil, experiências como as hortas comunitárias urbanas, as ocupações culturais em centros históricos abandonados, os movimentos de retomada de territórios tradicionais e quilombolas, e as iniciativas da rede *Cittaslow* em pequenos municípios apontam para possibilidades concretas de relugarização. Tais experiências não constituem soluções totalizantes, mas sinalizam que, mesmo sob a lógica acelerada do capitalismo contemporâneo, é possível construir, em escalas locais, ilhas de tempo e de lugar onde a experiência se elabora e o sujeito se enraíza.

A pedagogia da transformação também implica uma dimensão clínica. Práticas terapêuticas que incorporem a dimensão espacial — psicoterapias ao ar livre, oficinas em espaços comunitários, intervenções socioterritoriais no âmbito da Reforma Psiquiátrica brasileira — apresentam potencial significativo para o cuidado em saúde mental. A perspectiva do território vivo, consolidada no Sistema Único de Saúde (SUS) e particularmente na Estratégia Saúde da Família, oferece arcabouço institucional para articular cuidado, lugar e elaboração simbólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação teórica proposta entre a crítica psicanalítica de Maria Rita Kehl sobre a crise da experiência e a fenomenologia geográfica de Yi-Fu Tuan sobre a construção do lugar demonstrou-se frutífera ao estabelecer uma relação de causalidade estrutural. A principal conclusão é que a crise da experiência, catalisada pela aceleração social e pela lógica neoliberal do desempenho, é a **causa estrutural** da *deslugarização* contemporânea e de seus correlatos em saúde mental. Ao impedir a temporalidade necessária para a elaboração simbólica da vivência, o sujeito é privado da capacidade de transformar o espaço em **lugar geopsíquico**, resultando em um desenraizamento crônico que se manifesta como ansiedade e vazio existencial.

Como desdobramento dessa reflexão, apresentam-se, a seguir, direcionamentos para pesquisas empíricas futuras que podem operacionalizar a tese aqui defendida.

Sugere-se, em primeiro lugar, a realização de pesquisas comparativas entre municípios de diferentes portes e perfis socioeconômicos, avaliando a relação entre a densidade de lugares (praças, parques, hortas comunitárias, bibliotecas, centros culturais) e os indicadores de saúde mental da população. Cidades como Curitiba (PR), reconhecida por sua rede de parques urbanos; São Paulo (SP), com intensa dinâmica de gentrificação e contraste entre centro e periferia; Belo Horizonte (MG), marcada por recente processo de revitalização de sua região central; Brumadinho (MG), com o trauma coletivo do rompimento da barragem; Recife (PE), com seu patrimônio histórico em disputa; e pequenos municípios como Tiradentes (MG), Paraty (RJ) e São Luiz do Paraitinga (SP), ligados à rede *Cittaslow*, constituem campos empíricos privilegiados.

Em segundo lugar, sugere-se o estudo de tipos específicos de lugares como objetos de pesquisa empírica: (i) parques urbanos e sua função de lugares terapêuticos; (ii) praças e sua relação com a saúde mental comunitária; (iii) hortas comunitárias urbanas como dispositivos de relugarização; (iv) bibliotecas públicas e centros culturais como espaços de pausa e elaboração simbólica; (v) territórios tradicionais e quilombolas e sua função protetiva em saúde coletiva; (vi) espaços religiosos como lugares de cuidado informal; e (vii) cemitérios e lugares de memória.

Em terceiro lugar, recomendam-se estudos qualitativos de caráter fenomenológico, mobilizando entrevistas narrativas, mapas afetivos, diários de campo e observação participante para captar as dimensões simbólicas e afetivas da relação pessoa-lugar. Essas metodologias, coerentes com a tradição da geografia humanista, permitem operacionalizar empiricamente as categorias de Kehl e Tuan em contextos brasileiros específicos.

A luta pela saúde mental é, também, uma luta pelo direito ao tempo, pelo direito ao lugar, pelo direito a uma existência que não seja meramente funcional, mas significativa. A pedagogia da transformação que propomos não oferece soluções mágicas ou técnicas rápidas. Trata-se, antes, de uma mudança de atitude fundamental em relação ao mundo: deixar de tratá-lo como recurso a ser explorado e passar a vivenciá-lo como lugar a ser habitado. Em um mundo que nos pede velocidade, a lentidão — ancorada em pesquisa empírica rigorosa e em lugares concretos — é nossa forma de resistência.

Referências

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor W. *Notas à literatura*. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 9-26.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-222.

FIGUEIREDO, Ana Maria. Cemitérios e lugares de memória: paisagens da morte e cuidado em saúde coletiva. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 678-690, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017159606>.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade do desempenho*. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Tradução de Raquel Jordão. São Paulo: Boitempo, 2011.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MORRIS, Nina. *Geographies of medicine: space, place and health*. London: Routledge, 2018.

RELPH, Edward. *Place and placelessness*. London: Pion, 1976.

ROSA, Hartmut. *Aceleração social: uma nova teoria da modernidade*. São Paulo: Unesp, 2019.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SIMMEL, Georg. Metrôpole e vida mental. In: SIMMEL, Georg. *O indivíduo e a liberdade: ensaios de sociologia*. Tradução de Maria José Coracini. Campinas: Papirus, 2006. p. 75-94.

SOGA, Masashi *et al.* Health benefits of urban allotment gardening: improved physical and psychological well-being and social integration. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 14, n. 1, p. 71, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph14010071>.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Eduel, 2012.